

O pensamento de Mario Travassos e a política externa brasileira

André Nassim de Saboya¹

Resumo: Esse artigo busca fazer um pequeno resumo descritivo sobre o pensamento geopolítico de Mario Travassos, com enfoque sobre sua contribuição para o estudo da geopolítica no Brasil e potencial influência sobre a política externa brasileira. Para tanto, apresenta-se o contexto em que sua principal obra, *Projeção continental do Brasil*, foi escrita, as principais ideias do autor e algumas diretrizes seguidas pela política externa brasileira nos anos subsequentes à publicação da obra. O objetivo é identificar possíveis contribuições do estudo da geopolítica, presentes na obra de Mario Travassos, à política externa brasileira que se seguiu, entre 1930 e 1980, um período conhecido pelo forte desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a análise da atuação internacional do Brasil nessa época não se restringirá a aspectos meramente econômicos para abarcar também a geopolítica e o pensamento geopolítico. **Palavras-chave:** Geopolítica, Política Externa Brasileira, Mario Travassos, América do Sul

Mario Travassos and Brazilian Foreign Policy

Abstract: *This is a paper about Mario Travassos' geopolitical thinking, focusing on his contribution to the study of geopolitics in Brazil and on his potential influence on Brazilian foreign policy. This article presents the context in which his masterpiece, *Projeção continental do Brasil*, was written, the author's main ideas and some of the guidelines followed by Brazilian foreign policy in the years after the publication of Mario Travassos' work. The objective is to identify possible contributions of the study of geopolitics, present in the work of Mario Travassos, to the Brazilian foreign policy that followed, between 1930 and 1980, a period known for Brazil's strong economic development. In this sense, the paper's analysis of Brazil's international actions during this period are not limited to purely economic aspects but will also cover geopolitics and geopolitical thinking. **Keywords:** Geopolitics, Brazilian Foreign Policy, Mario Travassos, South America.*

El pensamiento de Mario Travassos y la política exterior brasileña

Resúmen: *Este artículo busca hacer un pequeño resumen descriptivo sobre el pensamiento de Mario Travassos, con enfoque sobre su contribución al estudio de la geopolítica en Brasil y su potencial influencia sobre la política exterior brasileña. Para ello, se presenta el contexto en que su principal obra, *Projeção continental do Brasil*, fue escrita, las principales ideas del autor y algunas directrices seguidas por la política externa brasileña en los años subsiguientes a la publicación de la obra. **Palabras clave:** Geopolítica, Política Exterior Brasileña, Mario Travassos, América del Sur.*

¹ Diplomata. Mestre em Economia Política Internacional pela UFRJ, bacharel em Relações Internacionais pela PUC-Rio. andresaboya@gmail.com

Introdução

O objetivo desse artigo é discutir a obra de Mario Travassos e sua potencial influência sobre o pensamento diplomático brasileiro. Trabalha-se com a hipótese de que Mario Travassos refletiu, *grosso modo*, a ideologia do pensamento militar e geopolítico brasileiro, da primeira metade do século XX e, desse modo, a inserção internacional do Brasil ao longo do período desenvolvimentista do Brasil (1930-1980). Nesse sentido, Mario Travassos teria sido influenciado pelas ideias desenvolvidas por militares das primeiras décadas do século XX.

Parte-se, portanto, da premissa de que o pensamento de Travassos possui um valor empírico e documental, no qual traduz as ideias de seu tempo e de sua corporação, e outro efetivamente prescritivo sobre os grandes rumos de uma política nacional que lançasse o país como principal potência da América do Sul. Há a necessidade, portanto, de contextualizar como as ideias de Mario Travassos surgiram, assim como se projetaram no tempo em termos de política externa brasileira.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira fornece alguns dados biográficos de Mario Travassos e o contexto internacional e nacional observados pelo autor ao escrever sua principal obra, *Projeção continental do Brasil*, em 1930. A segunda seção discute a formação dos militares brasileiros (com ênfase no Exército), incluindo as predileções intelectuais, nas primeiras décadas do século XX. A terceira seção discorre sobre a obra *Projeção continental do Brasil*, seus principais elementos e argumentos, sobretudo no que tange ao plano de comunicações traçado pelo autor para que o Brasil conseguisse exercer seu poder sobre a América do Sul e neutralizar a ação argentina. A quarta e conclusiva seção discute as possíveis influências da obra na atuação externa do Brasil.

Contexto internacional e nacional quando Travassos escreveu sua obra

Mario Travassos nasceu em 1891, no Rio de Janeiro. Era filho de general do exército e fez carreira militar. Foi o idealizador e o primeiro comandante da Academia Militar das Agulhas Negras. Foi um dos primeiros geopolíticos do Brasil e provavelmente o primeiro geopolítico militar brasileiro, precedendo Juarez Távora,

Lysias Rodrigues, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos – esses dois últimos contam com uma bibliografia mais extensa. Mario Travassos participou da campanha na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, junto com a Força Expedicionária Brasileira. Também fez parte da comissão que selecionou o ponto onde seria erigida Brasília (VIEIRA, 2008).

Travassos escreveu sua principal obra em 1930 e a editou até 1947. O Brasil antes de 1930 observava a primeira ordem constitucional da República, conhecida como República Velha. A disputa política-eleitoral encontrava-se, em grande medida, dividida entre as oligarquias rurais. O poder político encontrava-se desagregado, com baixa participação do governo federal. O país era majoritariamente rural e o café era a principal cultura, concentrando a renda exportadora do país (MATTOS, 2012; FURTADO, 2005).

A inserção internacional brasileira também refletia a lógica agroexportadora do país. Havia uma preocupação grande em proteger e intensificar as exportações de café, principalmente para o principal comprador, os EUA, assim como garantir os recursos financeiros necessários para manter o pagamento da balança de pagamentos quando o ciclo de exportações se encontrava em declínio – como era o caso dos *funding loans* de 1898, 1914 e 1931 (FURTADO, 2005; FRITSCH, 1990).

O território nacional era pouco integrado. Poucas vias ligavam os principais centros urbanos, e a estrutura produtiva do país encontrava-se separada entre si, com baixa comunicação entre as diversas regiões, as quais se voltavam prioritariamente ao mercado externo. Do mesmo modo, o interior do país encontrava-se pouco ocupado, com baixa urbanização tanto do Norte quanto do Centro-Oeste do país (BECKER e EGLER, 1994).

A baixa integração do território e o baixo dinamismo da economia brasileira também geraram uma preocupação com a relação à política externa de segurança do Brasil. Havia a necessidade de garantir a integridade das fronteiras frente aos imperialismos das principais potências europeias. Do mesmo modo, o Brasil, que consolidou a maior parte do seu território ao longo do período imperial, via a expansão territorial de seu maior vizinho, a Argentina, em direção ao oeste e à Patagônia, o que gerava desconfianças por parte das autoridades brasileiras (MONIZ BANDEIRA, 2010). A teoria de Mario Travassos discorre principalmente

sobre o papel do Brasil na América do Sul e em como neutralizar as ações da Argentina na região.

Na década de 1930, o entorno regional não era a prioridade da política externa brasileira. A parceria com os Estados Unidos destacava-se tanto no âmbito econômico quanto no âmbito político. A Argentina sobressaía-se na região; o PIB argentino era praticamente o dobro do brasileiro logo antes da década de 1930, como resultado do crescimento da agroexportação ao longo da virada do século XIX para o XX, e exercia maior influência entre os países vizinhos do que o Brasil. No Paraguai e no Uruguai, por exemplo, a Argentina exercia sua projeção sobre os governos instituídos, às vezes contrariamente aos interesses brasileiros (MELLO, 2001).

Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder. A Era Vargas duraria de 1930 a 1945, com uma inflexão relevante a partir de 1937, com o começo do Estado Novo – a Constituição de 1937 fortaleceu o Executivo e suspendeu as atividades do Poder Legislativo. Vargas inicia um processo de reformulação da política nacional, com centralização do poder no governo federal e reestruturação da máquina estatal, atribuindo-se maiores poderes e maior capacidade de gestão ao governo central. Inicia-se um processo mais estruturado de industrialização nacional, com foco na indústria de base. Começava também o processo dirigido pelo Estado de ocupação do interior do território brasileiro (GIAMBIAGI, 2011; GOMES, 2013).

A política externa brasileira também passaria por uma transformação ao voltar-se para o esforço de desenvolvimento industrial do país. A partir do processo de industrialização, estimulava-se a urbanização e a criação de uma nova classe média. Nesse processo, os trabalhadores urbanos seriam mais prestigiados, a partir da criação de uma série de normas de proteção dos direitos do trabalhador.

O desenvolvimentismo é constantemente apontado por diversos autores (CERVO e BUENO, 2002; ALBUQUERQUE, 2006; PINHEIRO, 2004; LIGIERO, 2011) como fator decisivo para pautar a política externa brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial, porém, ignora-se nessa chave de leitura o papel da geopolítica e da busca por poder como elemento da política externa. O pensamento geopolítico de militares, como Mario Travassos, serve para pensar a inserção internacional brasileira por um prisma diverso.

Os militares brasileiros também ganharam maior proeminência com a ascensão de Vargas. Diretamente responsáveis pelo êxito da Revolução de 1930, os militares brasileiros assumiriam postos de comando político desde o começo da Era Vargas. Svartman (2008), por exemplo, identifica que o esforço de industrialização a partir dos golpes de 1930 ou 1937 também se voltava para a modernização da indústria militar e a compra de material bélico. A proeminência dos militares se consolidaria e se expandiria durante o Estado Novo e com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Os militares continuariam com uma influência considerável na política brasileira na República Nova (1945-1946) e durante o período ditatorial (1964-1985) (CARVALHO, 2005; TREVISAN, 2005).

As características e o pensamento militar no começo do século XX serão discutidos em maiores detalhes na próxima seção.

A formação dos militares brasileiros no começo do século XX

A proclamação da República em 1889 passa em grande medida pela ação dos militares, que depuseram D. Pedro II. Havia, *grosso modo*, a divisão no Exército entre dois grupos que contribuíram para o golpe de Estado que resultou no fim da Monarquia no Brasil. De um lado, os tarimbeiros, militares que, em sua maioria, haviam lutado na Guerra do Paraguai, eram desprovidos de treinamento profissional em Escolas Militares e revelavam-se insatisfeitos com o baixo prestígio recebido quando voltaram do conflito. De outro lado, os oficiais “doutores”, formados na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em que predominava as ideias positivistas e as disciplinas teóricas e filosóficas. Os oficiais formados na Praia Vermelha saíam inaptos para o combate, muitas vezes adeptos do pacifismo e do republicanismo – o positivista Benjamin Constant (o patriarca da República segundo a Constituição de 1891), por exemplo, era professor da Escola Militar desde 1872. Os tarimbeiros, preocupados com a sobrevivência do Exército, atuaram para desbaratar os rumores de que se promovia a desarticulação dessa Arma, o que provocou o movimento que resultou na Proclamação da República (CARVALHO, 2005, p.13-16; TREVISAN, 2005, p. 20-27).

A relevância dos militares no sistema político brasileiro foi se esvaindo com o fim do governo de Floriano Peixoto, a campanha desastrosa em Canudos e a Revolta da Armada (CARVALHO, 2005, p.13-20; TREVISAN, 2005, p. 29-31).

A formação social do Exército, desde o período monárquico, privilegiava o alistamento de pessoas de camadas populares – as famílias nobres ou ricas privilegiavam a Guarda Nacional ou a oficialato da Marinha. Mesmo os oficiais do Exército também eram selecionados, cada vez mais, de famílias pobres ou de filhos de militares. Essa realidade promovia reações contrárias, como as frequentes deserções e a indisciplina da tropa. O povo receava a possibilidade de ser alistado para o Exército (CARVALHO, 2005, p. 13-61).

Alguns militares, por sua vez, preocupados com a falta de profissionalização do Exército, buscavam a modernização dessa instituição. Restava patente o desprestígio da Arma frente às elites políticas, o baixo nível de treinamento militar e os fracassos das já citadas campanhas (CARVALHO, 2005, p. 14-26).

Como parte do esforço modernizador, turmas de jovens oficiais foram enviadas em missões de treinamento na Alemanha, em 1906, 1908 e 1910, com o apoio do Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra e posteriormente presidente da República, e do chanceler, Barão do Rio Branco. Verifica-se, nesse sentido, a preocupação com a soberania e com a integridade territorial do país, por conta da debilidade das Forças Armadas brasileiras². Esses oficiais que retornaram, chamados de *jovens turcos*, promoveram campanhas de modernização do Exército brasileiro como o alistamento obrigatório universal, a melhora nas técnicas de tiro e a renovação da teoria militar ensinada nas Escolas Militares. Destaca-se que, diferentemente do positivismo, a preocupação principal dos *jovens turcos* não era em reformar a política, mas, sim, o de fortalecer a posição do Exército na burocracia estatal (CARVALHO, 2005, p. 14-26).

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, veio missão francesa ao Brasil para auxiliar na modernização do Estado brasileiro (a opção teutônica não era mais viável). A influência francesa sobre o Exército fortaleceu a perspectiva da profissionalização do Exército, em particular sobre o Estado-maior, que começou a

² Barão do Rio Branco também havia promovido a compra de três modernos encouraçados com o Reino Unido, com o objetivo de fortalecer a defesa do país.

desenvolver planos elaborados de defesa nacional, englobando aspectos sociais, econômicos e psicológicos. O desenvolvimento industrial e a ocupação do território nacional, por exemplo, seriam temas de preocupação dos militares ao longo da década de 1920 (CARVALHO, 2005, p. 28-29).

Esse esforço pela modernização do Exército responde a três imperativos que se manifestavam desde o século XIX: a preocupação dos militares com o hiato entre as elites políticas do país e a formação social do exército, a influência crescente do positivismo no Exército frente ao amadorismo das escolas de instrução do Exército em temas militares e a pressão externa sobre a soberania do país.

A obra de Euclides da Cunha, militar e republicano, reflete o espírito de corpo da instituição na virada do século XIX para o século XX. Euclides da Cunha formou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, onde foi influenciado pelo pensamento de Benjamin Constant. Quando cadete, insubordinou-se, por ser antimonárquico e desconfiar da relação entre a elite política e a população. Posteriormente, durante a República, Euclides da Cunha continuou a criticar o divórcio entre as elites políticas e a população, como relatado no episódio de Canudos. Ao mesmo tempo, Euclides revela sua instrução positivista e erudita nos seus textos, voltando-se para uma análise organicista do povo e do meio (PONTES, 2013, p.531, 553-555; VENTURA, 1996).

Euclides da Cunha também demonstrou em sua análise sua preocupação com a projeção do país na América do Sul e com o fortalecimento do Estado. Recomendou um plano de conexão viária do Brasil com os países vizinhos para aumentar a capacidade de comunicação do país na região e fortalecer seus interesses no continente e se contrapor à Argentina, como faria Travassos (CUNHA, 1922, p. 139-163).

O tenentismo, que se manifestou ao longo da década de 1920, também seria exemplo das contradições do exército nesse período, pois reflete duas influências não necessariamente convergentes: o positivismo – como ensinado por Benjamin Constant – e a ideologia modernizadora – como pensada pelos *ovens turcos*. Materialmente, verifica-se o agravamento do divórcio entre militares, população e elite política e o descontentamento com a situação dos militares.

Carvalho (2005, p. 38-43) sintetizou que apareceram três modelos básicos de soldado dentro do Exército nas primeiras décadas do século XX: o soldado-cidadão, influenciado pelo positivismo, que pensava no Exército como forma de salvar a política de suas perversidades; o soldado-profissional, influenciado pela modernização dos *jovens turcos*, defendia que o exército deveria se preocupar com assuntos de defesa e se afastar da política; e o soldado-corporação, que era favorável a uma intervenção moderadora em defesa do país e da corporação – como concluiu Góes Monteiro, tratava-se de defender a política do Exército e, não, a política no Exército. O último modelo teria maior ascendência com o fim da República Oligárquica.

Mesmo com a Revolução de 1930 e o fortalecimento do Exército no aparelho burocrático brasileiro, as tensões ideológicas entre os militares se mantiveram. Segundo José de Murilo de Carvalho (2005), o golpe do Estado Novo foi a solução ideal para a consagração do modelo soldado-corporação, voltada para a pacificação do país, em prol de uma política de valorização do Exército.

O começo do processo de industrialização por substituição de importações (ISI) na década de 1930, aprofundado durante o Estado Novo e mantido até a década de 1980, gerou a ideia comumente aceita de que desenvolvimentismo foi o elemento basilar da inserção internacional do Brasil ao longo desse período. Contudo, tal análise pode eclipsar o papel proeminente dos interesses militares na política externa, quando esse grupo manteve uma posição de destaque no aparato burocrático brasileiro entre 1930 e 1980 (TREVISAN, 2005, p.81-89).

Deve-se salientar que a Escola Geopolítica Brasileira não começou com Golbery do Couto e Silva e que houve antecessores militares que pensavam na inserção internacional brasileira. Nessa perspectiva, o artigo volta-se ao pensamento de Mario Travassos.

A obra de Mario Travassos

Na obra *Projeção continental do Brasil*, Mario Travassos discorreu sobre os imperativos geopolíticos da América do Sul que devem constar nos cálculos para a inserção internacional do país. Escrita originalmente em 1930, sob o título *Aspectos*

geográficos sul-americanos, a obra de Mario Travassos apresentava recomendações quanto à gestão territorial brasileira e à ação externa no seu entorno regional, as quais providenciariam a projeção sobre a América do Sul. Na quarta edição, publicada em 1947, a obra conta ainda no apêndice com artigos complementares escritos pelo autor e um prefácio, escrito por Pandiá Calógeras³. Segundo Scenna (1975), a obra de Travassos influenciara a maioria dos geopolíticos brasileiros nas décadas seguintes, “[s]em dúvida o livro foi lido e relido por quem devia lê-lo e de certa forma passou a ser o pilar teórico sobre o qual se levanta o Brasil de nossos dias”. Em 1942, Travassos publicou *Introdução a geografia das comunicações brasileiras*, que serve como complemento a *Projeção continental do Brasil*.

O estudo da geopolítica, para Travassos (1947), refere-se à identificação das possibilidades e dos obstáculos ao aumento de influência de um Estado em dado território. Os Estados nacionais tenderiam a buscar três objetivos geopolíticos: possuir várias saídas para o mar (se possível para mares diferentes), dominar a totalidade das bacias hidrográficas e estender seu domínio para onde o tráfego os possibilite. As três tendências são expressões de um mesmo fenômeno: a procura pela expansão do poder em bases territoriais. Os estadistas brasileiros deveriam observar essas tendências ao formularem a política para a América do Sul.

Travassos (1947) vê dois antagonismos geográficos naturais na América do Sul. O primeiro é o antagonismo entre os oceanos Atlântico e Pacífico, separados pela Cordilheira dos Andes; o segundo é o antagonismo entre as bacias platina e amazônica, separadas pelo planalto boliviano, o centro da América do Sul. Os antagonismos geográficos geram instabilidades geográficas decorrentes das diversas formações estatais presentes na América do Sul.

A expressão Atlântica da América do Sul teria um papel preponderante frente à expressão Pacífica, segundo o autor, devido ao maior fluxo marítimo nesse oceano, à dificuldade de se instalar portos de grande expressão na costa do Pacífico e à extensão de terras voltadas para o Atlântico. Nesse sentido, visto que o Brasil domina a maior parte do litoral atlântico, e melhor posição, ele teria um papel

³ Pandiá Calógeras foi o primeiro civil a exercer o cargo de ministro da Guerra na história republicana, entre 1919 e 1922, quando foi fundador da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército.

privilegiado para atrair para si o interesse dos países andinos e, principalmente, mediterrâneos.

O segundo antagonismo, entre as bacias amazônica e platina, apresentava-se, à época, como uma disputa em aberto, em que a bacia platina encontrava-se em vantagem devido à ação do Estado argentino. A parte central da obra reside em como neutralizar a ação argentina e aumentar a influência brasileira no continente, por meio de uma aproximação com a Bolívia.

A Bolívia, país mediterrâneo, encontra-se em posição estratégica no continente sul-americano. Dependente de outros países para ter uma saída para o mar, a Bolívia situa-se entre os antagonismos dos dois oceanos e das duas maiores bacias do continente, a Platina e a Amazônica, de modo que sofre as influências de diversos fatores geográficos sobre seu território.

A Argentina havia dado os passos iniciais para influenciar de modo decisivo a Bolívia e, indiretamente, o Paraguai (uma espécie de prolongamento do território boliviano), e assim alcançar até o Peru, onde poderia estender sua influência até o Pacífico e a Amazônia. A forma como a Argentina alcançou essa proeminência deriva de sua política de comunicações; particularmente, de sua rede ferroviária. Travassos percebeu que a Argentina estendeu sua possibilidade de tráfego para além da extensão natural da bacia do Prata, por meio da construção de ferrovias que aumentaram a centralidade do porto de Buenos Aires. A política de comunicações argentina possibilitou o aumento dos investimentos argentinos nesses países (Paraguai, Bolívia e Peru). Ademais, as ferrovias argentina também aumentaram as possibilidades de comunicação com o Oceano Pacífico, ligando o interior argentino, a Bolívia e o Paraguai a portos do Chile e Peru. O esforço de comunicação platina beneficiava tanto o poder argentino quanto a economia dos países mediterrâneos.

A Argentina usou o desenvolvimento derivado da economia agroexportadora para a realização desses empreendimentos, que beneficiavam a própria economia argentina. Travassos (1947) identifica o desenvolvimento econômico como meio para potencializar a projeção internacional do país.

No caso brasileiro, Travassos (1947) reconhece a necessidade de se neutralizar a ação argentina por meio de uma aproximação com a Bolívia, aproveitando-se tanto da vertente amazônica quanto da vertente platina.

O cerne da disputa sobre o território boliviano centrava-se sobre o rico triângulo formado por três cidades (Cochabamba, Sucre e Santa Cruz de la Sierra) que representam cada face distinta da complexa geografia boliviana, além do centro econômico do país. Nota-se que Santa Cruz de la Sierra, mais próxima ao Brasil, é o vértice mais rico do triângulo, pela produção agropecuária e pela existência de petróleo nessa localidade.

A ação argentina dirigia seus investimentos para a vertente Cochabamba-Sucre, servindo de calha transportadora das riquezas do altiplano boliviano para o porto de Buenos Aires. A política de transportes da Argentina também servia de porta de entrada para Santa Cruz de la Sierra, para os portos do pacífico e, indiretamente, para Cuzco, no Peru, estendendo a influência argentina para muito além de seu território.

Travassos reconhecia que, embora o Brasil não tivesse agido rapidamente, a localização de Santa Cruz de la Sierra providenciava grande possibilidade de contestação à Argentina. Identificou que era plausível alcançar a cidade por meio de ligações ferroviárias com Puerto Suarez e Corumbá até o Porto de Santos a oeste, ou por meio de ligação fluvial por meio do Rio Beni até Guajará-Mirim, ferrovia até Porto velho, e novamente hidrovia até a desembocadura do Amazonas. A partir de Santa Cruz, o Brasil poderia ampliar sua influência para os demais vértices do triângulo e encontrar o caminho para o Pacífico.

A disputa pela Bolívia também se estenderia na disputa pelo Paraguai. Sua condição de Estado mediterrâneo e dependente de Buenos Aires o colocava como espécie de continuação do território boliviano. Nesse caso, uma via de comunicação entre Foz do Iguaçu com Santos daria mais opções ao Paraguai. As políticas do Brasil com relação a esses países mediterrâneos, nesse sentido, também contariam com a simpatia de bolivianos e paraguaios, ao diminuírem a dependência da Argentina.

Além do caso boliviano (e, por extensão, paraguaio), Travassos cita ainda mais dois casos de instabilidade geográfica: o Uruguai e a Colômbia. A instabilidade uruguaia pendia ora pela bacia platina, ora pela continuação orográfica brasileira, até alcançar certo equilíbrio. No caso colombiano, a instabilidade geográfica se manifesta pela sua localização ao noroeste do continente, entre o Oceano Pacífico, e a atração do golfo do Panamá, e o Oceano Atlântico, e os pontos de passagem para a Amazônia, como o rio Magdalena e Orinoco. O antagonismo é verificado pelas diferenças orográficas do território, de um lado atraído pelos Andes com a produção mineira, e, de outro, pelo atlântico e os vales carreadores que se direcionam para a bacia amazônica.

O caso colombiano envolveria potências extra-continentais, pela sua localização ao noroeste e próximo do mar das Antilhas, onde se expressam os interesses estadunidenses. O desmembramento da Colômbia para a criação do Panamá revela a ação de forças estranhas ao continente no local. A desintegração dos Estados centro-americanos e dos países insulares, da mesma forma, realça o poder estadunidense para agir na região.

A influência norte-americana no mundo era indiscutível, segundo Travassos, devido à importância das relações econômicas e financeiras – “*é servidão contra a qual inutilmente se debatem os que contra ela se revoltam*” (TRAVASSOS, Mario, 1947, p.106). Por meio do Mar das Antilhas e do istmo do Panamá, os Estados Unidos poderiam penetrar em direção à Amazônia e à Bolívia, o centro continental. O controle norte-americano do petróleo de Venezuela, Colômbia, Peru e o interesse pelo petróleo no Equador e na Bolívia, além da atuação da Ford pela borracha na Amazônia, demonstravam a penetração pelo norte do continente, conquanto o autor considere que os maiores progressos estadunidenses seriam alcançados pelo Pacífico, devido às aberturas andinas e ao fracionamento político.

A projeção continental do Brasil em direção à Bolívia teria o papel de conter a influência estadunidense para a América do Sul. Nesse sentido, constata-se pela obra uma rivalidade incipiente entre Brasil e Estados Unidos, dado o movimento duplo e contrário em direção ao centro do continente sul-americano.

A ação brasileira para projetar-se no continente não se restringia a um programa para seu entorno regional. A posição privilegiada brasileira deveria ser

complementada por uma gestão territorial que congregue o Brasil amazônico com o Brasil platino.

Travassos (1947) defende uma política de comunicações que se aproveite dos mais diversos meios de comunicação para propulsionar não somente a integração territorial entre os diferentes Brasis, como para permitir que os dois Brasis nos extremos norte e sul desempenhem suas funções de penetração em direção ao centro do continente sul-americano. O esquema de navegação no Rio Parnaíba e no Rio São Francisco deveriam ser complementados por trilhos na comunicação entre o norte de Minas Gerais e o interior nordestino, em particular Juazeiro/Petrolina e Teresina. Os portos no Brasil longitudinal, de São Luís até o Rio de Janeiro, passando por Natal, Recife e Salvador, propiciariam a convergência dos brasis que se direcionam ao centro da massa continental. O aproveitamento do potencial dessas bacias e a construção de vias acessórias expandiriam a capacidade econômica do Brasil longitudinal, devido a sua característica atlântica, o que reforçaria o papel aglutinador dessa região.

Desse modo, as bacias hidrográficas devem ser aproveitadas pela sua função coordenadora, assim como os lugares propícios para a construção de portos devem ser usados para maximizar a posição do litoral brasileiro, direcionado ao Atlântico. As rodovias e ferrovias deveriam complementar esses esforços, para que se pudesse traduzir a expressão continental do Brasil em verdadeira influência geopolítica sobre seu espaço circundante. Mesmo a aviação, cujo uso ainda era incipiente à época, recebia a atenção do autor, como alternativa para superar longas distâncias.

A complementariedade dos meios de comunicação e transporte traduzia-se em projeto de poder. No caso do Brasil platino, ressalta-se o esquema de neutralização da bacia do Prata, no sentido de aproveitar a expressão atlântica do país. O esquema de comunicações no Brasil platino, por meio da extensão da ferrovia noroeste até Corumbá e a construção de uma via até Foz do Iguaçu, complementa-se por meio do aproveitamento dos Portos de Santos, Paranaguá, São Francisco, Porto Alegre e Rio Grande.

No caso do Brasil amazônico, seu potencial é manifesto pelas suas condições naturais. Ao sul, o Rio Madeira alcança o planalto boliviano ao formar os rios

Mamoré, Beni e Madre de Dios, com a possibilidade ainda de influenciar o território transandino. No oeste, destacam-se os afluentes Ucaiali e Marañon, no território peruano, e, no noroeste, o afluente do Putumaio, no território colombiano. Mais ao norte, o Rio Negro repercute diretamente na bacia do Orinoco e Madalena, e o Rios Branco e Trombetas sobre os territórios das Guianas.

À época já havia empreendimentos que poderiam fortalecer o caráter centrípeto do Amazonas, como a Madeira-Mamoré, mas deveriam expandir-se as formas mais modernas de comunicação para aproveitar o potencial amazônico. Destaca-se que o potencial amazônico também era comprometido pelas suas condições naturais⁴ e pela baixa densidade demográfica, de modo que uma política decisiva naquela região seria mais viável por meio do estabelecimento de populações capazes de dar prosseguimento às vias de comunicação com os países vizinhos.

Entre os artigos inseridos no apêndice da obra, o autor demonstra o apoio à política de Marcha para o Oeste, implantada no governo Vargas, para ocupar o oeste brasileiro. O Mato Grosso, que à época incluía o Mato Grosso do Sul, seria um território chave por pertencer tanto ao Brasil platino quanto ao Brasil amazônico; uma extensão da capacidade de atração de São Paulo, da qual derivaria os projetos de ligação da ferrovia Noroeste paulista até Corumbá, e de Ponta Porã a Porto Murtinho, e de atração da vertente amazônica sobre a Bolívia mediterrânea; uma terra de enorme potencial, tanto econômico quanto político pelas referidas conexões. Dever-se-ia aumentar a população nesse interior e aumentar os investimentos no local.

Em outros artigos, o autor também denuncia e critica a gestão do território e das comunicações, feita de modo pouco planejado e regional, sem considerar o território brasileiro como um todo. A heterogeneidade do território parece não ser bem avaliada nos investimentos, que poderiam considerar a pluralidade de meios para integrar o território. A condição e o aproveitamento dos portos também são criticados.

⁴ Travassos uso o termo “Inferno Verde”, repetindo Euclides da Cunha.

Em *Introdução a geografia das comunicações brasileiras*, Travassos (1942) argumenta claramente o caráter estratégico do projeto de comunicações. Realça a necessidade de integrar o território brasileiro para possibilitar melhor gestão do território e reforça a necessidade de integrar o Brasil aos países mediterrâneos. Observa o papel positivo das autoestradas em diminuir o atraso brasileiro no plano de comunicações viárias, quando a Argentina já havia alcançado muito com as ferrovias. Em *Introdução a geografia das comunicações brasileiras*, Travassos (1942) deixa claro que o desenvolvimento industrial é condição necessária para a melhora na política de transportes. O autor, contudo, não pensa na estratégia de desenvolvimento econômico – substituição de importações, desenvolvimento dependente, etc.

Mario Travassos revela sua visão de como o Brasil deveria portar-se para aumentar sua projeção no continente sul-americano de acordo com as contingências apresentadas. Entre as recomendações, estão políticas de atração dos países mediterrâneos, que estão, em grande medida, relacionadas ao Brasil platino, do centro-sul do país. Travassos revela a preocupação com as ameaças advindas da Argentina (a qual seria a preocupação imediata) e dos Estados Unidos (a preocupação futura), a fraqueza dos países mediterrâneos e a inaptidão do Brasil em lidar com essa conjuntura. Ademais, Travassos deixa em aberto as consequências geopolíticas de outras manifestações que se apresentavam ainda de modo incipiente. Não há, nesse sentido, recomendações específicas sobre a rivalidade emergente entre Brasil e Estados Unidos, prevista pelo autor – há somente a recomendação geral de influenciar o planalto boliviano para barrar as influências estadunidenses.

O pensamento de Travassos dialoga e se contrapõe ao pensamento de Carlos Badia Malagrida, geopolítico espanhol que também pensava na integração física da América Latina, mas considerava o Brasil muito grande e diverso para conseguir liderar esse esforço integrador. Em *El factor geográfico en la política sudamericana* (1919), Malagrida defende a criação de grandes federações sul-americanas, em substituição aos pequenos Estados, e subordinadas a uma supernação hispano-americana, sob o comando da Espanha. A Argentina, por sua vez, o Estado mais desenvolvido e aberto ao comércio deveria promover a integração dos países

pertencentes ao antigo Reino do Prata – Argentina, Uruguai, Paraguai e parte da Bolívia – hipótese repelida por Travassos. O projeto continentalista de Travassos, com a integração servindo como contrapeso aos Estados Unidos, também é encontrada em Malagrida – uma integração liderada, no entanto, pela Espanha e pela Argentina (MALAGRIDA, 1919).

Malagrida e, mormente, Travassos também se contrapõem à visão da América do Sul voltada principalmente para o abastecimento dos grandes centros do mundo como defendido por Storni (2009 [1916]). Storni, almirante argentino, pensava na centralidade estratégica do comércio marítimo com a Europa por meio do porto de Buenos Aires e dava pouca importância à integração continental.

Travassos também dialoga com Euclides da Cunha, quem observou com preocupação a expansão ferroviária argentina até a Bolívia, por meio da ligação ferroviária com a cidade de La Quiaca, no extremo sul boliviano, a perspectiva de conexão viária até o Peru e o Chile, e o conseqüente aumento da influência argentina para parte considerável do que chamou de *hinterland* sul-americano. Euclides, contudo, argumenta que o sistema de conexões viárias da Argentina seria abalado tanto pela abertura do istmo do Panamá e o a navegação de cabotagem no Pacífico, o que diminuiria a influência do porto do Buenos Aires, quanto pela ação do Brasil. As ferrovias Madeira-Mamoré, São Paulo-Rio Grande, com a ligação em Iguaçu, e, mormente, a Noroeste desempenhariam um papel fulcral ao ligar o noroeste do Paraguai e o Sudeste da Bolívia aos portos de Santos e Rio Grande (CUNHA, 1922, p. 139-163). O plano travassiano, em verdade, era mais complexo e mais baseado na geopolítica enquanto Euclides possuía uma ideia quase determinista e mais organicista da história.

Ademais, diferentemente de Travassos, Euclides acreditava na proeminência futura do Pacífico sobre o Atlântico. A atuação dos Estados Unidos na colonização da Califórnia e na conquista das Filipinas, e o crescimento do comércio à partir da costa do Pacífico dos norte-americanos com os países asiáticos, sugeriam para Euclides que o Pacífico seria o oceano com maior movimentação de cargas e de riqueza. O domínio desse oceano seria decidido num conflito futuro e incontornável entre os Estados Unidos e o Japão (CUNHA, 1922, p. 197-210).

A obra de Travassos influenciara boa parte dos geopolíticos brasileiros nas décadas seguintes. Lysias Rodrigues, Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva foram todos influenciados por Travassos (MELLO, 1997, p.88-142; VIEIRA, 2013). Os três concordaram com os pontos de conflito no continente e com o projeto travassiano de integração física, mas consideraram outros fatores.

Lysias Rodrigues, militar e geopolítico, atuante no contexto de Guerra Fria, soma ao argumento de Travassos a necessidade de forjar uma aliança com os Estados Unidos para conter a ameaça argentina e consubstanciar o poder brasileiro sobre a América do Sul. Távora, comandante da Escola Superior de Guerra nos anos 1950, argumentava que a conquista da hegemonia no continente sul-americano sobre a Argentina era um dos objetivos permanentes do Brasil, em conformidade com o pensamento de Travassos. Para tanto, o país deveria acumular tecnologia e meios materiais para se preparar para uma possível guerra total (VIEIRA, 2013).

Couto e Silva (1967), um dos principais teóricos da Doutrina de Segurança Nacional, sintetizou os argumentos anteriores ao salientar o binômio segurança e desenvolvimento e aliança com os Estados Unidos não somente como forma de garantir a projeção do Brasil sobre o continente sul-americano como para providenciar ao país o controle sobre o Atlântico Sul. Couto e Silva, assim, expõe a tese do “aliado preferencial” em relação aos Estados Unidos, a partir do qual o Brasil poderia exercer o cerco contra Argentina e expandir para o Atlântico Sul como contrapartida ao esforço de defesa contra a subversão (Mello, 1997, p. 257-270).

Desse modo, Travassos providenciou uma valiosa chave de leitura de como seria o papel do Estado planejador que se desenrolava no pós 1930, para além da questão econômica, envolvendo a estratégia de inserção e planejamento territorial do país.

Conclusão: o pensamento geopolítico travassiano e a política externa brasileira

Travassos (1947) estabelece três diretrizes para a atuação do Estado brasileiro. Primeiramente, a necessidade de contenção da Argentina, com expansão da influência brasileira sobre os países platinos e amazônicos por meio de obras de

comunicação. Segundo, aumento da ocupação do interior brasileiro tanto para ampliar a área de atuação do litoral atlântico quanto para aumentar o potencial amazônico brasileiro. Terceiro, não confrontação com os Estados Unidos, mas preparação para uma rivalidade futura.

Saraiva (2012, p. 33-35) defende que os estudos geopolíticos brasileiros, a começar pelos estudos de Travassos, influenciaram o pensamento político brasileiro a partir da década de 1930, para conter a influência argentina e promover as conexões viárias com a Bolívia. Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do exército, também foi influenciado por esse pensamento. Góes Monteiro destacava, em cartas para o presidente Vargas, a necessidade de se modernizar o equipamento militar e de se preparar para uma guerra contra a Argentina. Segundo Shilling (1981), o expansionismo brasileiro ao oeste, voltado para a contenção da Argentina, foi um dos objetivos da política externa brasileira no século XX. Vieira (2008) defende que a estratégia traçada por Travassos foi mais ou menos seguida pelo Brasil entre 1945 e 1980.

As teses geopolíticas de Travassos assim como de Távora, Rodrigues e Couto e Silva enfatizavam a Argentina como principal desafio geopolítico do Brasil, e influenciou as forças armadas brasileiras a concentrarem as tropas na fronteira sul do país, até pelo menos a década de 1970 (SARAIVA, 2012, p. 39-47).

Ao longo da República Nova (1945-1964) verifica-se a continuidade de certas tendências com relação à política interna e externa brasileiras, que, em parte, são consistentes com os desígnios e os desafios apontados por Travassos.

O país procurava desenvolver-se por meio da industrialização por substituição de importações e visa principalmente os capitais norte-americanos para esse fim. Contudo, as políticas mais ambiciosas de captação de recursos estadunidense não geraram os resultados esperados e a perspectiva americanista de política externa cedeu espaço à perspectiva globalista (TEIXEIRA DA SILVA, 2014; PINHEIRO, 2004). Como afirmava Travassos, não havia como contestar o poder americano no começo do século XX, mas, à medida que o Brasil se desenvolvia, o país poderia procurar alternativas, que, gradualmente e inevitavelmente, o afastava dos interesses norte-americanos.

O Brasil, também como previa Travassos, expandia progressivamente sua comunicação com o interior do país, com a abertura de rodovias e de assentamentos no oeste brasileiro, com a criação de Brasília, com as progressivas gestões sobre o território amazônico, vide a criação da SPVEA (depois SUDAM) e a abertura da rodovia Belém-Brasília. O Brasil também intensificava as gestões diplomáticas com os países amazônicos, buscando melhorar a infraestrutura da região e assegurar seu controle territorial.

O Brasil expandia-se também para o interior da América do Sul, mais especificamente para os países mediterrâneos, por meio da construção do acesso rodoviário do Paraguai ao porto de Paranaguá e à construção da Ponte da Amizade, ou por meio da construção da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra e dos Acordos de Roboré, de 1958. O progressivo controle do interior do país, em direção ao Paraguai e à Bolívia, e em detrimento da Argentina consistia em dos principais vetores da política pensada por Travassos para se conquistar maior projeção na América do Sul. (MELLO, 2001; DORATIOTO, 2014; VIDIGAL, 2012)

As ações traçadas por Mario Travassos foram, em boa medida, seguidas pelo Brasil, ao longo do período analisado, e depois mantidas e aprofundadas, no período subsequente, da Ditadura Militar (1964-1985). Nesse período, o Brasil aceitou a agenda de segurança americana para o hemisfério ocidental – a contenção da subversão comunista e a defesa regional. Ao corroborar a estratégia americana de hegemonia internacional, o Brasil mantinha o rumo de sua estratégia de projeção continental, em desfavor da Argentina.

O Brasil deu prosseguimento a projetos de desenvolvimento econômico no Paraguai, e na Bolívia, Com o Paraguai, deve-se ressaltar a inauguração da Ponte da Amizade entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, em 1965, e a assinatura da Ata de Iguaçu, em 1966, sobre o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná, o que repercutiria negativamente nas relações com a Argentina. A forte presença econômica argentina nos países pertencentes ao antigo Vice-reino do Prata era consistentemente substituída pela brasileira. Quanto ao Paraguai, em especial, destaca-se o completo asfaltamento da rodovia BR-277 ligando Foz do Iguaçu a Paranaguá, em 1969, o que garantiu maior autonomia ao país mediterrâneo com relação ao porto de Buenos Aires (DORATIOTO, 2014; VIDIGAL, 2012).

O Brasil também se empenhou, fortalecido pelo crescimento industrial, em abrir corredores de exportação, com a construção de ferrovias e rodovias que facilitassem o escoamento da produção interiorana, no Paraguai, na Bolívia, no Uruguai e mesmo ao norte da Argentina, no sentido oeste-leste, para os portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande, reduzindo a importância do porto de Buenos Aires.

Entre os acordos regionais mencionados, cabe destacar, além do Tratado de Itaipu com o Paraguai, o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial com a Bolívia, também chamado de Convênios de Cochabamba, de 1974, que tinha como propósito a troca de gás natural boliviano pela construção de um polo siderúrgico-petroquímico no sudeste daquele país. Além de esses acordos com Paraguai e Bolívia garantirem maior influência do Brasil na economia dos países mediterrâneos, ainda prejudicavam a possibilidade de captação de energia e de minério de ferro para abastecer as indústrias da Argentina, visto que este país não possuía recursos suficientes para abastecer suas siderúrgicas, e reforçaria a dependência da indústria argentina na importação de ferro brasileiro (MONIZ BANDEIRA, 2010; MELLO, 1997, p.225-229).

Moniz Bandeira (2010, p.420-421) argumenta que na década de 1970:

(...)o Brasil não apenas incorporara a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai ao seu *hinterland* comercial como, além de projetar-se sobre países da África Ocidental, já se expandia na direção do Pacífico, negociando ou firmando importantes acordos bilaterais de cooperação econômica, para a exploração de recursos naturais e execução de projetos fronteiriços e de integração física de cooperação econômica com a Bolívia, Chile, Equador, Colômbia, Venezuela e, inclusive, o Peru.

A política externa brasileira na América do Sul foi marcada por sustentar ditaduras e golpes militares nos países mediterrâneos, no Uruguai e no Chile, ao mesmo tempo em quase aumentava a presença e a ocupação do interior do país e da Amazônia (MELLO, 1997).

Assim, muitos dos preceitos geopolíticos foram confirmados, como a disputa com a Argentina por influência pela Bolívia e Paraguai, a expansão da ação estatal para Amazônia, e a rivalidade emergente com os Estados Unidos.

Apesar de não conseguir determinar, em definitivo, a influência do pensamento de Mario Travassos sobre a política externa brasileira, este artigo apontou uma série de coincidências entre o pensamento de Mario Travassos e a política externa seguida pelo Brasil.

Muitas vezes a perspectiva da geopolítica é ofuscada em estudos sobre política externa brasileira no século XX pela perspectiva do desenvolvimentismo. No entanto, deve-se atentar a como as teses militares e geopolíticas influenciaram a atuação externa do Brasil, principalmente após 1930. Índícios relevantes apresentados neste artigo confirmam o papel importante que o pensamento de Travassos e de outros militares geopolíticos teve para a consecução da política externa brasileira, mesmo antes do Golpe de 1964.

Há que se manter os estudos sobre os militares, para que se possa investigar melhor como aqueles puderam ter influenciado a política externa do Brasil.

Referências

- ALBUQUERQUE, João A. G. et al. *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- CARVALHO, José M. de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: IBRI, 2002.
- COMBLIN, José. *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CUNHA, Euclides. *À margem da história*. Porto: Chardron, 1922.
- DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*, Brasília: FUNAG, 2014.
- GIAMBIAGI, Fabio. *Economia brasileira Contemporânea (1945-2010)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FRITSCH, Walter. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 2005.
- GOMES, Angela de Castro. *Olhando para dentro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. (Coleção História do Brasil Nação, v.4)
- GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. *Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964 – 1984*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 1993.
- LIGIERO, Luiz Fernando. *A autonomia na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2011.
- MALAGRIDA, Carlos Badía. *El factor geográfico en la política sudamericana*. Madrid: Establecimiento tipográfico de Jaime Ratés, 1919.
- MATTOS, Hebe. A vida política. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.) *A abertura para o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012 (Coleção História do Brasil Nação, v.3)
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997.

- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Brasil e Argentina em perspectiva histórica*. São Paulo: Perspectivas, 2001.
- MONIZ, BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PINHEIRO, Leticia. *Política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PONTES, Kassius Diniz da Silva. Euclides da Cunha: o cenário sul-americano. In. PIMENTEL, João Vicente de Sá Pimentel (Org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. Brasília: Funag, 2013 (v.II).
- SARAIVA, Miriam Gomes. *Encontros e desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- SCENNA, Miguel A. *Argentina-Brasil: Cuatrosiglos de rivalidade*. Buenos Aires: Ed. La Bastilla, 1975.
- SHILLING, Paulo R. *O expansionismo brasileiro: a Geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamarati*. São Paulo: Ed. Global, 1981.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.
- STORNI, Segundo. *Intereses argentinos en el mar. Buenos Aires: Armada Argentina, 2009 [1916]*. [URL: <http://www.edena.mindef.gob.ar/docs/Intereses_Argentinos_en_el_Mar.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2017].
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O pragmatismo na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v.34, n.1, 2008.
- TEIXEIRADA SILVA, Francisco Carlos. O Brasil no mundo. In. AARAO REIS FILHO, Daniel. (Coord.) *Modernização, ditadura e democracia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014 (Coletânea História do Brasil Nação, v.6).
- TRAVASSOS, Mario. *Introdução a geografia das comunicações brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- TRAVASSOS, Mario. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 4ª ed, 1947.
- TREVISAN, L. *O pensamento militar brasileiro*. Brasil: Rident Castigat Mores, 2005.
- VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. *Estudos avançados*, São Paulo, v.10 n.26, Jan./Apr. 1996.
- VIDIGAL, Carlos Eduardo. *A Integração Sul-Americana como um Projeto Brasileiro: de Uruguaiana às Malvinas* In: A América do Sul e a integração regional, Brasília: FUNAG, 2012.
- VIEIRA, Frederick Brum. *Modelo Travassiano – a geopolítica que guia o Brasil na democracia e na ditadura*. São Paulo: Milênio, 2008.
- VIEIRA, Ricardo Zortéa. *Lembra-vos da guerra: ameaça geopolítica, organização do Estado e desenvolvimento econômico no pensamento militar brasileiro (1913-1964)*. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Recebido em março de 2018

Publicado em julho de 2018.